



## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para execução de serviços de manutenção preventiva em plataforma elevatória para acessibilidade. (CATSER 355-7)

### 2. LOCAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. Cartório Eleitoral de Guarapari (24ª Zona Eleitoral) – Rua Jacinto de Almeida, 340, Parque Areia Preta, Guarapari-ES;

### 3. ESPECIFICAÇÕES DA PLATAFORMA

#### 3.1. ITEM 1 - Plataforma Elevatória do Cartório Eleitoral de Guarapari

- Capacidade de Carga: 325 kg
- Acionamento: Hidráulico – Motor 2cv – 60Hz
- Velocidade: 6 m/min
- Potencia: 2,2KW
- Desnível: + 4,00 m
- Última Altura: 2,60m
- Poço: -0,15
- Base: 0,90x 1,40 m
- Dimensões da caixa corrida: 1,38 x 1,51 m
- Número de paradas: 02
- Enclausuramento: em estrutura metálica
- Suspensão: Cilindro Hidráulico Fluhydro + Mini Central Hidráulica Fluhydro MCH-10
- Tensão: Trifásica - 220/127V – ( FF=220V/ FN=127V)
- Entradas: Unilaterais (360°)
- Posição da Torre: Direita
- Acabamento Interno Cabina: Pintura Eletrostática Branco Gelo
- Bloco Hidráulico: Sensor
- Modelo: AC08 V400
- Fabricante: DAIKEN ELEVADORES

### 4. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA

4.1. A manutenção preventiva deverá ser mensal e consistir, entre outros procedimentos necessários à conservação e ao perfeito funcionamento dos equipamentos, em:

- Exames no equipamento, com a finalidade de se constatar eventuais falhas em seu funcionamento;
- Limpezas sistemáticas para prevenir mau funcionamento;
- Lubrificação das peças que exigirem tal procedimento;
- Execução de testes necessários para diagnóstico do equipamento;
- Regulagens de peças e componentes em geral.

4.2. A manutenção preventiva deverá ser executada no local onde se encontram os equipamentos até o último dia do mês de referência, podendo, excepcionalmente, ser realizada até o 10º dia do mês subsequente mediante aplicação de multa diária. Caso não seja executada até o término do prazo excepcional, o serviço será considerado inexecutado.



4.3. Deverá ser observado um intervalo mínimo de 20 (vinte) dias entre as manutenções mensais. A programação para o procedimento da manutenção preventiva deverá obedecer ao horário estipulado pelo Gestor Contratual.

## **5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 5.1. Emitir ART antes do início dos serviços;
- 5.2. Realizar Relatório de Inspeção Anual;
- 5.3. Encaminhar à CONTRATANTE todos os documentos necessários para obtenção do Alvará de Funcionamento e para posteriores renovações, caso haja exigência da prefeitura local;
- 5.4. Comunicar por escrito, no ato da constatação, a necessidade de realização de manutenção corretiva no equipamento (conserto, substituição de peças, etc), informando o defeito constatado, o motivo da ocorrência e a solução a ser aplicada;
- 5.5. Fornecer os equipamentos, aparelhos e ferramentas necessários à prestação dos serviços, bem como os demais materiais e insumos empregados na execução das tarefas de manutenção;
- 5.6. Informar imediatamente à CONTRATANTE quaisquer anomalias verificadas nas instalações físicas ou elétricas que possam comprometer o bom funcionamento do equipamento;
- 5.7. Recuperar todas as superfícies acidentalmente atingidas durante a execução dos serviços, utilizando material idêntico ao existente no local, procurando obter perfeita homogeneidade com as demais superfícies circundantes. Todos os danos causados às instalações por elementos ou funcionários da CONTRATADA deverão ser reparados sem ônus para a CONTRATANTE;
- 5.8. Responsabilizar-se por toda e qualquer providência que diga respeito à segurança do trabalho de seus empregados, devendo ser seguidas todas as normas vigentes;
- 5.9. Responsabilizar-se pelo deslocamento dos seus técnicos ao local de prestação dos serviços;
- 5.10. Fornecer identificação aos seus funcionários para que estes circulem nas dependências dos Cartórios Eleitorais;
- 5.11. Emitir relatório, assinado pelo responsável técnico, após cada manutenção realizada devendo constar os procedimentos realizados e a situação de funcionamento dos equipamentos;
- 5.12. Responsabilizar-se pela reparação de danos pessoais e/ou materiais, que vierem a ocorrer em consequência de dolo ou culpa (negligência, imperícia ou imprudência) na execução dos serviços;
- 5.13. Autorizada a contratação, a empresa deverá devolver o instrumento contratual devidamente assinado em até 3(três) dias úteis, contados a partir do recebimento do mesmo.
- 5.14. O descumprimento do prazo estabelecido para assinatura do instrumento contratual equivale à recusa em assiná-lo.
- 5.15. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

## **6. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO**

6.1. A vigência do contrato de prestação dos serviços de manutenção será de 12 (doze) meses, podendo, por comum acordo entre as partes, ser prorrogada através de termos aditivos, por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitada a 60 (sessenta) meses.

## **7. DA PROPOSTA:**



7.1. Ao encaminhar a proposta, o responsável pelo envio está ciente e de acordo com todas as condições estabelecidas no presente Termo de Referência, bem como de que a proposta encaminhada vincula a empresa ao cumprimento de seus termos.

## **8. DA VISITA TÉCNICA**

8.1. As empresas poderão efetuar visita técnica para certificar-se do serviço e auxiliar na elaboração das propostas, mediante agendamento prévio pelos telefones:

- Cartório Eleitoral de Guarapari: 27 3361-0980-/3362-2641

## **9. DA HABILITAÇÃO TÉCNICA**

9.1. O licitante deverá possuir atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica que comprove a execução de serviços semelhantes ao objeto deste Termo de Referência. Deverá, ainda, possuir, em seu quadro, profissional Engenheiro Mecânico, ou profissional legalmente habilitado reconhecido pelo CREA, detentor de atestado de capacidade técnica por execução de serviço de características semelhantes ao objeto deste Termo de Referência, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT;

9.2. Estes atestados deverão conter, obrigatoriamente, o seguinte serviço: manutenção em plataformas de elevação ou em elevadores;

9.3. O licitante deverá comprovar que o profissional detentor do atestado apresentado pertence ao seu quadro permanente de pessoal, através de anotação na carteira profissional, contrato de trabalho, contrato de prestação de serviço ou contrato social, no caso de sócio.

## **10. DAS VEDAÇÕES PARA CONTRATAÇÃO**

10.1. Para a execução do serviço objeto do presente Termo de Referência não poderão ser contratadas:

10.1.1. Empresas que possuam em seu quadro, empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, inclusive, de ocupantes de cargo de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE/ES, nos termos da Resolução CNJ Nº 07/2005 e alterações posteriores;

10.1.2. Empresas que possuam em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargo de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, nos termos da Resolução CNJ Nº 07/2005 e alterações posteriores;

10.1.3. A vedação constante do item anterior se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores da incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização;

10.1.4. Havendo alteração no quadro societário e/ou no quadro de empregados que contrarie o disposto na Resolução CNJ Nº 07/2005, essa deverá ser imediatamente comunicada a este Tribunal para as providências julgadas cabíveis;

10.1.5. A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo TRE-ES, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório.



## 11. DO PAGAMENTO:

11.1. O Contratante pagará à Contratada o valor correspondente à contratação, mediante depósito bancário em sua conta-corrente, até o 5º (quinto) dia útil subsequente à apresentação do documento fiscal, devidamente atestado pelo setor competente deste Tribunal, desde que não haja fato impeditivo provocado pela mesma, obedecida a ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 5º, da Lei nº 8.666/93.

11.2. A Contratada deverá, juntamente com a apresentação do documento fiscal, informar os dados do seu domicílio bancário(banco, agência e conta) para o correspondente pagamento, bem como, se é optante pelo Simples Nacional. Caso não apresente a informação de opção pelo simples, os impostos e contribuições poderão ser devidamente retidos e recolhidos ao Tesouro Nacional.

11.3. A empresa optante pelo SIMPLES, para usufruir da isenção da retenção de tributos e contribuições estabelecida pela IN SRF nº 1234/2012, deverá apresentar declaração ORIGINAL (01) via na forma do Anexo IV daquela instrução normativa, JUNTO COM A NOTA FISCAL. CÓPIA NÃO É VÁLIDA.

## 12. DA HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

12.1. A empresa contratada deverá apresentar Certidão Negativa de Feitos de Falência, Recuperação Judicial ou Recuperação Extrajudicial.

## 13. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS

ITEM	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
01	729,72	8756,64

## 14. DAS PENALIDADES

Descumprimento	Percentual	Prazo limite	Percentual total	Valor de incidência da multa
Atraso na execução da manutenção preventiva	1% ao dia	10 dias <sup>1</sup>	10%	Valor mensal do item em atraso
Inexecução total ou parcial do contrato	-----	-----	30%	Valor correspondente ao período inexecutado
Qualquer outra obrigação (por ocorrência)	-----	-----	0,5%	Valor total do contrato

### Notas:

1. Até o 10º dia do mês subsequente ao mês de referência. Após este prazo será aplicada multa por inexecução parcial.

Vitória, 25 de janeiro de 2021.

**JOSÉ ÁLVARO SAAD DE ARAÚJO**

Técnico Judiciário da Seção de Infraestrutura e Manutenção Imobiliária